



CÂMARA MUNICIPAL - MOCOCA -		
PROTOCOLO		
NÚMERO	DATA	RÚBRICA
1535	24.09.18	AB

Mococa, 24 setembro de 2018.

Ofício nº 215/2018

Exma Senhora:

Cumprimentando-a cordialmente, vimos à presença de Vossa Excelência, em resposta ao ofício nº. 488/2018 –CMM, tendo em vista o Requerimento nº. 325/2018 de autoria do vereador Aloysio Taliberti Filho, expor e esclarecer o que segue.

Em primeiro lugar, é fundamental destacar que a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MOCOCA (ACI Mococa) não desconhece de maneira alguma a enorme importância étnico-social e histórico-cultural da celebração do dia da "Consciência Negra" no Brasil e em especial na cidade de Mococa/SP, sobretudo diante do gravíssimo cenário de preconceito que ainda assola nosso País.

De fato, é imprescindível que a sociedade reflita sobre o processo de discriminação imposto aos negros desde os primórdios da História do Brasil para que, com isso, possa efetivamente contribuir para a criação de políticas públicas eficazes no combate a qualquer tipo de racismo ou desigualdade.

Prova disso foi a promulgação da elogiável Lei nº 7.695, de 14 de novembro de 2017, que instituiu no âmbito do município de Mococa/SP a "Semana da Consciência Negra", a ser realizada anualmente na semana do dia 20 de novembro, data em que foi assassinado, em 1695, o líder Zumbi dos Palmares, um dos principais símbolos da resistência negra à escravidão.

CIENTE OS SENHORES
VEREADORES. ARQUIVE-SE
Sala das Sessões 10 OUT 2018

Elisangela M. Maziero Breganoli
Presidente

DESPACHO

Para o Expediente da Próxima
Sessão CM em 10 OUT 2018

Elisangela M. Maziero Breganoli
Presidente



Dito isso, é importante deixar claro que o objeto da demanda proposta pela ACI Mococa não se relaciona, em hipótese alguma, com a instituição do “Dia da Consciência Negra” em nosso município, tampouco com todas as necessárias ações sócio-educativas propostas no sentido de valorizar a cultura Afro-Brasileira e, com isso, exterminar de vez o preconceito ainda existente.

Pelo contrário, o que se pretende é que tal feriado, que ultrapassa os limites numéricos autorizados por lei, não produza mais efeitos práticos capazes de violar e suprimir o direito à livre iniciativa e ao trabalho dos demais cidadãos, visando assim apenas e tão somente a **suspensão dos efeitos concretos de tal feriado na esfera do direito ao trabalho dos cidadãos de Mococa/SP.**

E isso aconteceria, vale dizer, com a criação de qualquer novo feriado civil ou religioso em contrariedade à lei federal que disciplina a matéria.

Assim, evidente que não se trata de discordância com o conteúdo material deste feriado ou sua inequívoca importância cultural e social, mas apenas e tão somente com a criação de um número excessivo de feriados obrigatórios, o que implica em grave violação de outros direitos dos cidadãos, algo que poderia ser resolvido, por exemplo, com a possibilidade de se decretar **ponto facultativo** na data.

Apenas para elucidar melhor a questão debatida, do ponto de vista jurídico, é importante salientar que a atribuição legislativa para instituir feriados civis e religiosos em nosso País constitui matéria de competência privativa da União, haja vista que também é deste ente federativo a competência para legislar sobre Direito do Trabalho, nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal.



Nesse diapasão, foi criada a Lei Federal nº 9.093/95, que confere aos municípios competência legislativa para instituir um **único feriado civil municipal** (*“os dias de início e do término do ano do centenário de fundação do Município”*), além de feriados locais de cunho religioso, de acordo com a tradição, estes **limitados ao número total de quatro**, incluída nesta contagem a Sexta-Feira da Paixão.

No tocante ao município de Mococa/SP, verifica-se que o feriado civil descrito pelo art. 1º, inciso III, da Lei nº 9.093/95 já fora instituído na cidade, por meio da Lei Municipal nº 566/67. Em idêntico trilho, já fora também atingido o número máximo de feriados municipais religiosos permitidos por lei¹.

Por conseguinte, a própria legislação federal veda a criação de outros feriados que acarretem supressão ao direito ao trabalho e à livre iniciativa dos cidadãos. E é justamente este o ponto que se pretende corrigir, ou seja, manter o “feriado”, mas sem que seus efeitos concretos se reproduzam na esfera trabalhista, de forma que as pessoas que desejam trabalhar na data do feriado possam fazê-lo sem a obrigação legal de pagar inúmeros encargos trabalhistas em razão disso.

Por todos os pontos explicados, a importância da matéria se dá pelo fato de que o número excessivo de feriados reflete, sem sombra de dúvidas, no desempenho da economia local, visto que interfere na produção e na competitividade em relação a outras cidades e unidades da federação, da indústria e do comércio, a quem a ACI Mococa representa.

Em outras palavras, instituir um feriado municipal fora das hipóteses legais afeta frontalmente as relações de trabalho, onerando

¹ Atualmente, Mococa possui os seguintes feriados religiosos já instituídos: **(i)** Sexta-feira Santa ou Sexta-Feira da Paixão – constante do art. 2º da Lei Federal nº 9.093/95 e instituído pela Lei Municipal nº 566/1967; **(ii)** Corpus Christi – instituído pela Lei Municipal nº 566/1967; **(iii)** Dia do Padroeiro, comemorado no dia 20 de janeiro – instituído pela Lei Municipal nº 566/1967; e **(iv)** Santo Reis, comemorado no dia 06 de janeiro – instituído pela Lei Municipal nº 4.430/2014.



demasiadamente os empregadores, que terão que fechar as portas de seus comércios, indústrias, prestadores de serviços, etc., descontinuando assim a produção, seus negócios, suas atividades.

Por outro lado, ainda que estas pessoas decidam "abrir as portas" nos dias de feriados, suportarão uma série de ônus e encargos trabalhistas decorrentes do direito trabalho, o que na maior parte dos casos inviabiliza por completo a atividade econômica naquele dia.

Não há dúvidas, pois, que tais exigências acabam por ferir o direito dos comerciantes e empresários, que praticamente são compelidos a fecharem suas portas em todos os feriados, sob pena de pagar inúmeros encargos que tornarão sua atividade inviável naquele dia.

A título de exemplo, veja-se o que menciona a Convenção Coletiva de Trabalho do SINCOPAR (Sindicato do Comércio Varejista da Região de São José do Rio Pardo) a respeito dos feriados:

41 - CALENDÁRIO DE TRABALHO DO
COMERCIÁRIO EM FERIADOS E DATAS ESPECIAIS:
FERIADOS: As empresas não exigirão o trabalho dos
comerciários em dias de feriado, de acordo com a Lei
11.603/07, ficando, portanto, proibido o trabalho dos
comerciários nestas datas.

Note-se que o empregador de comerciários na cidade de Mococa sequer poderá abrir seu estabelecimento pagando remuneração extra de 50% aos seus funcionários, pois, pelo fato de ser feriado, "**fica proibido o trabalho dos comerciários nestas datas**".

Evidente, nesse sentido, a violação a vários direitos que os efeitos da instituição do feriado de 20 de novembro, de forma contrária à lei,



trazem aos cidadãos locais, a despeito de sua inquestionável importância histórica, cultural e social.

Diante de todo o exposto, novamente sem desconhecer o valor da celebração da “Consciência Negra”, a ação proposta pela ACI Mococa pretende simplesmente conciliar a tradição do referido feriado com o direito dos cidadãos ao trabalho e à livre iniciativa.

Desta forma, pode-se perfeitamente manter a celebração local do feriado do dia 20 de novembro, com toda a sua importância, sem que os seus efeitos concretos impactem de maneira negativa no direito ao trabalho de todos os empresários e comerciantes locais.

Os Nobres Vereadores são representantes de toda a população mocoquense, nos mais variados setores da sociedade, não podendo privilegiar um em detrimento dos outros, ainda mais com leis municipais que infringem frontalmente legislação federal e a Constituição Federal.

No caso em tela, a Lei Municipal nº 7.695, de 14 de novembro de 2017, já instituiu no âmbito do município de Mococa/SP a “SEMANA da Consciência Negra”, a ser realizada anualmente na semana do dia 20 de novembro.

Assim, a cidade de Mococa não tem mais apenas 1 (um) dia de comemoração da consciência negra, mas uma semana inteira.

Diante disso, inclusive por conta do feriado ser ilegal, para fins de conciliação de interesses, poder-se-ia alterar a Lei Municipal nº 3.446/2004, que instituiu o FERIADO de 20 de novembro (“Dia da Consciência Negra”), para prever que poderá ser decretado PONTO FACULTATIVO.

**ACI****MOCOCA**

Deste modo, acredita-se que possa se chegar a um meio termo para o atendimento de todas as vontades e de todos os cidadãos, não privilegiando alguns em detrimento de outros. A Consciência Negra será comemorada durante uma semana inteira e no dia 20 que poderá ser considerado ponto facultativo, para que os estabelecimentos comerciais possam abrir suas portas e sem ônus trabalhistas. Atendida está a vontade de todos.

Se isso ocorrer, a ACI Mococa conseguiu o seu objetivo, por mérito desta Câmara Municipal e, desta forma, poderia até desistir na Ação Judicial.

Limitado ao exposto, ao tempo em que, nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos, reiteramos nossos protestos de elevado apreço.

Atenciosamente,


Mauricio Masili

Presidente

À Exma.

Sra. Elisangela Manzini Maziero Breganoli
Presidente da Câmara Municipal de Mococa



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

Ofício nº. 488/2018-CMM.

Mococa, 11 de setembro de 2018.

A Associação Comercial e Industrial de Mococa - ACI,

Encaminho para conhecimento, cópia anexa do **Requerimento nº. 325/2018**, de autoria do vereador **Aloysio Taliberti Filho**, aprovado em Sessão Ordinária desta Casa, realizada no dia 10 de setembro último.

Atenciosamente,

Elisângela Mazini Maziero Breganoli
Presidente da Câmara Municipal de Mococa



Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL - MOCOCA -		
PROTOCOLO		
NÚMERO	DATA	RUBRICA
1459	10 SET. 2018	/

APROVADO

Sala das Sessões 10 SET. 2018

Elisângela M. Maziero Bregani
Presidente

REQUERIMENTO VERBAL Nº 325 /2018

EXMA. SRA. PRESIDENTE:

REQUEIRO à Mesa, cumpridas as formalidades Regimentais da Casa, após a manifestação do Nobre Plenário, no sentido de ser oficiado à Associação Comercial e Industrial de Mococa (ACI), em consideração ao valor histórico-cultural do Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, retire a ação declaratória de ineficácia de lei municipal com pedido de tutela antecipada, ajuizada pleiteando a suspensão do feriado municipal. O feriado municipal foi criado pela Lei nº 3.446, de 18 de novembro de 2004, e em virtude do tempo decorrido entre a mencionada Lei e a ação mencionada, 14 anos, a comunidade mocoquense está habituada à data festiva e às celebrações de cunho étnico-social representada por este dia.

Mococa, 10 de setembro de 2018

Aloysio Taliberti Filho

Vereador